

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS: UMA RESPOSTA AUTORITÁRIA AO FRACASSO DO MODELO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Caroline Alves Sampaio

A educação pública brasileira sempre foi uma das principais pautas dos governos do país. Sua insuficiência e precariedade é tema constante das agendas políticas, tanto do legislativo como do executivo, na busca por tentar melhorar sua qualidade e, por consequência, as condições de trabalho e de estudo de funcionários, professores e alunos. Em 2019, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) como medida para tentar sanar alguns problemas dentro das instituições escolares públicas do País.

O Pecim possui como alguns de seus objetivos contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação, colaborar para a formação humana e cívica do cidadão, contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares, contribuir para a redução da evasão, da repetência e do abandono escolar. Esses objetivos pretendem ser alcançados pelo programa adotando-se o modelo para as Escolas Cívico-Militares (Ecim), baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2019).

A iniciativa do Governo Federal de resposta aos desafios das instituições de ensino públicas brasileiras, amparado no modelo das Ecim, valoriza uma escola com padrões rígidos de comportamento e a implementação de valores e atitudes cívico-militares, pautados por uma instituição extremamente hierarquizada, em que a tutela dos indivíduos é o fator preponderante para garantia de ordem e respeito às instituições e a seus superiores. Neste texto, questiona-se se esse padrão que o Governo Federal visa implementar nas escolas brasileiras, em resposta aos desafios educacionais vigentes, promove uma educação cada vez mais opressora e bancária, indo de encontro aos preceitos de educação do patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

A escola é parte integrante das sociedades e seus pressupostos acompanham os projetos políticos de sua época. A estrutura de escola como conhecemos hoje teve início na Idade Moderna “quando a organização dos primeiros colégios conduz a uma inaudita institucionalização de uma específica temporalidade e de uma particular forma de lidar com as disposições espaciais, pensadas para a formação das novas gerações.” (BOTO, 2003, p 380). Essa forma institucionalizada da educação traz consigo a utilização de uma pedagogia e

didáticas para a obtenção do conhecimento que, segundo Boto (2003), estão de acordo com um projeto de educação que não pode ser separado do meio social em que a escola está inserida.

A presença de ideias conservadoras para o Estado brasileiro, por meio do seu Governo, influencia o projeto de educação de Estado. Souza (2017) aponta alguns avanços que foram conquistados por medidas governamentais como tentativa de “modificar o ensino livresco e estéril que foi produzido e reproduzido ao longo de nossa história” (p. 103). O autor considera a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, uma tentativa de levar o processo educacional para um lugar mais próximo das realidades dos estudantes, menos focado na educação apenas para depósito de conteúdos necessários para se fazer exames de admissibilidade no ensino superior, por exemplo. Para isso, os PCN trabalhavam a ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, a saúde e as orientações sexuais. Porém, para o autor, essas orientações não foram implementadas de fato no contexto educacional.

A pretensão de se mudar as estruturas das instituições escolares encontra barreiras não apenas entre os próprios profissionais da educação, mas também entre os gestores governamentais. A ascensão do conservadorismo traz como solução para a escola a disciplina militar a fim de solucionar problemas comportamentais, de evasão e violência, como já posto aqui com a implementação do Pecim. Assim, a escola fica cada vez mais de fora das questões urgentes da sociedade, fechada em si mesmo, como Souza (2017) aborda:

(...) correntes conservadoras, majoritariamente de orientação religiosa, opõem-se a situações com as quais se deseja arejar o ambiente da escola, instigar mentes juvenis a tratar do novo ou, simplesmente, apresentar à juventude questões com as quais a sociedade se depara cotidianamente e, portanto, precisa aprender a lidar com elas (p. 116).

Este tipo de cultura escolar, que ganha cada vez mais espaço no cenário brasileiro, utiliza de métodos de reprovação e punição dos alunos, como se estes fossem eficazes contra o notório desinteresse pela educação, visando cada vez mais o controle e não a educação (BOTO, 2003). Controle e opressão, amplamente criticados por Paulo Freire (2018), que pensava uma pedagogia que promovesse um ensino crítico, baseado na realidade social que a escola está inserida, buscando sempre a emancipação e autonomia daquele que é educado, tendo como base sua história e cultura.

A educação bancária, preponderante nas instituições de ensino brasileiras, é amplamente criticada por Paulo Freire. Ele define esse tipo de educação como aquela que se baseia primordialmente no papel do educador, que, completamente alheio ao educando, é

colocado em uma posição rígida de detentor do saber. A educação se torna então “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2018, p. 80).

Para Freire (2018), esse é um modelo de educação passivo, que tem a intenção de fazer com que o sujeito se adapte ao mundo e a uma realidade pré-determinada, no lugar de transformar e emancipar esse sujeito. Anula-se seu poder criador, satisfazendo aos interesses de seus opressores. No trecho abaixo destacado, pode-se visualizar como o Estado tem cada vez mais cumprido um papel opressor, na visão de Paulo Freire.

(...) reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto ao outro, ou um problema a outro. Na verdade, o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem. (2018, p. 84).

A resposta do Estado aos problemas escolares é aumentar o uso da força e da repressão para conquistar a disciplina e obediência dos alunos, em um modelo de educação fracassado, que não gera interesse dos educandos, por estar cada vez mais fechado em si mesmo, não se dialoga com seu espaço social, histórico, cultural e humano. Cabe então à escola adaptá-los ao mundo, deixando-os cada vez mais passivos (FREIRE, 2018).

A educação proposta por Freire (2018), problematizadora e libertadora, rompe com a hierarquia e a lógica do educador-educando, presente na educação bancária. Nela, o educador não apenas ensina, mas também aprende com seu ato de ensinar, em um permanente diálogo com o educando, que também ensina. A educação libertadora não aliena o sujeito do mundo, não o isola de sua realidade, ela nega a dominação, desafia o sujeito a pensar “em um plano de totalidade e não como algo petrificado” (p. 98).

O que se percebe é que os últimos passos dados pelo Estado brasileiro como resposta aos problemas da escola e da educação vão de encontro aos preceitos libertadores de Freire. Como também aborda Souza (2017), essas mudanças estão reduzindo a qualidade da escola, embrutecendo-a e valorizando o não saber.

REFERÊNCIAS

BOTO, C.. A Civilização Escolar Como Projeto Político E Pedagógico Da Modernidade: Cultura Em Classes, Por Escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dez 2003.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**: Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Imprensa Nacional - D.O.U. 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf> Acesso em: 25 Jun. 2020.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SOUZA, J.M.E.. **Escola! Cuidado Crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.